



Fonte: JN
Por: Joaquim Gomes
Data: 14 de janeiro de 2021

PJ Militar investiga agressão de GNR ao comandante direto

A Polícia Judiciária Militar está a investigar as agressões de um guarda ao comandante direto, no posto da GNR de Prado, em Vila Verde, distrito de Braga.



O Posto da GNR de Prado onde o guarda prestava serviço
Foto: Joaquim Gomes/JN

Nas investigações criminais do Polo do Norte da Polícia Judiciária Militar, o guarda da GNR é suspeito do crime de insubordinação, de acordo com o Código de Justiça Militar, para além das agressões cometidas contra o graduado do Posto da GNR da Vila de Prado.

Os problemas disciplinares terão começado com as escalas de serviço, há cerca de um ano, que impediriam a participação do guarda nas festas de Natal e levaram a cenas de pancadaria com um camarada do Posto da GNR de Prado e a agressões à porta de um ginásio, em Lamações, na cidade de Braga, contra o anterior comandante, o 1.º sargento José Silva.

O guarda da GNR de Prado, que já tinha prestado serviço no Posto da GNR de Vila Verde, ambos integrados no Destacamento Territorial de Braga da GNR, sob comando da jovem vila-verdense, a capitã Maria Luísa Peixoto, terá discordado das escalas de serviço do Posto da GNR de Prado para os dias de Natal de 2019 e Ano Novo de 2020.

Como a recusa iria prejudicar outros militares do posto, gerou-se entre vários guardas uma acalorada discussão que acabou com uma cena de pancadaria envolvendo o mesmo soldado e um outro guarda.

Na primeira semana de agosto de 2020, o militar desavindo, que nunca terá perdoado a sua transferência de Prado para Amares por achar ter sido ele próprio a vítima de agressão, é suspeito de ter esperado pelo anterior comandante, o 1.º sargento José Silva, no parque de estacionamento de um ginásio de Lamações, em Braga. Desferiu-lhe um soco e alegadamente ameaçou-o de morte, dizendo que lhe daria um tiro, conforme relatado na participação que a GNR de Braga enviou já para a PJ Militar.

A situação terá sido gravada pelas câmaras exteriores do ginásio e constam dos processos criminal e disciplinar. O guarda, ao aperceber-se de que teria sido filmado ainda se deslocou ao ginásio a fim de recolher as imagens, que não lhe foram facultadas por se tratar de um particular, mas que mais tarde foram entregues à Guarda Nacional Republicana e ao Ministério Público de Braga, que as remeteu depois para a Polícia Judiciária Militar.